

RELATO

UM PASSADO NO PRESENTE

Pe. Antonio Garcia Peres *

Ir. Inês Facioli **

“É expressão de caridade, também eclesial, o acompanhamento pastoral dos migrantes. Há milhões de pessoas que por diferentes motivos estão em constante mobilidade” (DA-Documento de Aparecida, 411).

Há 20 anos, no primeiro número da revista Travessia, maio de 1988, Pe. Antenor Dalla Vecchia, cs e Ir. Inês Facioli, mscs relataram de modo coloquial a experiência pastoral que estavam realizando desde 1985 junto aos migrantes temporários rurais ocupados no corte de cana na região de Ribeirão Preto. Iniciava-se, portanto, uma inédita modalidade de trabalho pastoral da Igreja no Brasil, pois ela se realizava de forma conjunta por agentes pastorais das regiões de origem e de destino daqueles migrantes. Era o jeito “Cá e Lá”, de atuar pastoralmente, expressão adotada pelos agentes da época.

A região de origem dos migrantes compreendia a diocese de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. A diocese de Jaboticabal, na região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, indicava um dos tantos destinos da migração daquele período. A partir de 1986, agentes pastorais da diocese de Rui Barbosa, região da Chapada Diamantina, na Bahia, começaram a integrar-se ao mesmo trabalho. Em 1995 a diocese de Caetité – Ba, também passa a compor a rede de intercâmbio pastoral.

JANELA DA HISTÓRIA

“Com a globalização/ O mundo rápido avançou/ Trocam o homem por máquina/ O emprego se acabou/ A escravidão no Brasil/ Apenas modernizou.”
(Pedro Costa, repentista piauiense).

Enquanto esses atores pastorais davam seus passos, a história descortinava-lhes novos caminhos a serem trilhados ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, interpelações e desafios pastorais sempre crescentes constituíam a tônica de um cotidiano fincado num cenário agrícola que já revelava

a existência de uma estrutura fundiária fortemente caracterizada pela concentração da propriedade fundiária, fenômeno que já ganhara vulto especialmente a partir da década de 1970 em todas as regiões do Brasil. Milhares de pequenas e médias propriedades de subsistência familiar de então foram sendo desvalorizadas, inviabilizadas produtivamente e anexadas às grandes fazendas de terra destinadas à agroindústria e à pecuária extensivas. Tal fenômeno expandia-se fortemente pelos maiores estados produtores de grãos do país: São Paulo, Paraná, Minas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os estados Nordesteiros seguiam a saga de sempre, ou seja, por serem pobres e abandonados por governos deviam, forçosamente, oferecer sua farta e barata mão-de-obra para sustentar projetos agroindustriais do Centro Sul do país. Uma das conseqüências mais nefastas dessas transformações ocorridas no campo brasileiro foi a adoção da monocultura, particularmente a da cana de açúcar, que continuava invadindo grandes áreas de terra que eram tradicionalmente ocupadas pela produção de culturas agrícolas diversificadas e pela pecuária.

A chegada da globalização encontrou aí um terreno muito fértil para disseminar uma intensa e indiscriminada incorporação da moderna tecnologia no campo e na cidade. Este processo teve como desdobramento a instalação de diversas indústrias metalúrgicas na região sudeste do Brasil, especialmente no interior do estado de São Paulo. Tais empresas tinham basicamente como meta alimentar as demandas do setor agroindustrial, ou seja, a construção e manutenção de usinas e a fabricação de máquinas e suprimentos agrícolas sempre mais modernos.

O projeto Proálcool, nascido no final de 1975, consolidava-se nesse contexto não somente como estratégia governamental que visaria diminuir a importação de petróleo. A produção em grande escala do álcool proveniente da cana de açúcar era apresentada aos

brasileiros como uma nova fonte de energia renovável e apregoada como sendo a salvação nacional. Tal ideário governamental, mesmo diante de seus elevados custos financeiros e sociais, deveria ser mantido. Na verdade, o Proálcool nascia mesmo com a intenção de sustentar a prosperidade da crescente indústria automobilística nacional. As justificativas econômico-sociais apresentadas por autoridades governamentais da época atribuíam ao programa do álcool objetivos até bem intencionados e abrangentes, ou seja, ele não miraria apenas produzir álcool para substituir o petróleo muito caro no mercado internacional, mas gerar principalmente muitos empregos para a população mais pobre do país, principalmente aquela oriunda de estados nordestinos e do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Criado este cenário de atrativos, as migrações de trabalhadores braçais eclodiram com seus diversos desdobramentos sociais e econômicos durante as últimas décadas, pois o avanço extensivo da monocultura canavieira pelo país não necessitava apenas de recursos financeiros, mas sobretudo, de capital humano.

A crescente degradação ambiental proveniente da emissão de monóxido de carbono, das queimadas e de outros elementos poluentes na atmosfera, da destruição de matas e rios, do derretimento das geleiras e do humor da natureza e demais fenômenos, tem sido associada ao aquecimento do globo terrestre. Muitas mobilizações e debates acalorados sobre assuntos ecológicos foram provocados na opinião pública mundial, constituindo-se num eixo de preocupações que ainda está ocupando a primeira década do novo milênio. Diante deste cenário que anuncia catástrofes de dimensões planetárias, o governo brasileiro reagiu à sua moda, propondo alternativas supostamente viáveis para fazer frente a tais desafios globais e lucrar muito dinheiro com eles. Afinal, o Brasil possui terras abundantes e férteis e foi agraciado com climas e relevos favoráveis à implantação de uma grande diversidade de culturas potencialmente capazes de produzir não somente o etanol, mas o biocombustível proveniente de plantas oleaginosas. Esta visão eco-mercadológica englobaria a disseminação de pequenos e médios projetos entre agricultores familiares, os quais passariam a cultivar a matéria prima básica para a fabricação dos biocombustíveis. Em contrapartida, o Brasil estaria contribuindo para diminuir os efeitos das catástrofes previstas para o futuro da humanidade.

A viabilidade e eficiência desse projeto governamental somente seriam possíveis mediante a utilização de alta tecnologia no setor de produção da bioenergia, isto é, a mecanização. Em consequência disso o desemprego

aumentou, tornando-se uma chaga que desafia a sociedade do futuro.

PÉ NA ESTRADA

*“O trabalho é o sustentáculo / Em qualquer sociedade /
O povo não quer esmola / Muito menos caridade / O
trabalhador precisa / Só de oportunidade”.*

(Pedro Costa, repentista piauiense)

O passar dos anos na convivência com a realidade dos migrantes sinalizou que a migração temporária forçada ou motivada pela busca de oportunidades de vida, numa sociedade na qual as pessoas são mais reconhecidas pela capacidade de consumo e posse, é um fenômeno que facilita o desenraizamento familiar e comunitário e a inversão de valores, ao suscitar novos vínculos temporários ou até mesmo permanentes. É neste contexto que a realidade das migrações temporárias rurais continua sendo afetada por essas mudanças, exigindo dos agentes pastorais maior capacitação de diálogo com a diversidade, reflexão, coragem, perseverança e paciência histórica.

Enquanto os diversos agentes do “cá e lá” desenvolviam suas atividades, foram observando e entendendo que novas características, tendências e desdobramentos iam sendo incorporados no ir e vir quase permanente dos migrantes:

√ O trabalho no plantio e carpa da cana que acontece nos primeiros meses do ano antecipou a vinda dos migrantes temporários rurais para as regiões canavieiras;

√ O período de safra da cana passou de 6 para 8 meses (abril a novembro), encurtando, portanto, o período de permanências dos migrantes em suas terras de origem, sobrecarregando familiares em suas atividades agrícolas de subsistência local;

√ A migração adquiriu um rosto mais jovem, ou seja, entre 18 e 32 anos de idade;

√ O tempo de trabalho no corte de cana foi diminuindo gradativamente entre os migrantes (5 a 10 anos);

√ Constata-se agora que há uma rotatividade de destinos e usinas por parte dos migrantes;

√ A migração individual foi dando lugar à familiar a fim de evitar o enfraquecimento das relações familiares e o acúmulo de tarefas domésticas;

√ O prolongamento do período e diversificação do trabalho temporário, as distâncias geográficas e o fator econômico também contribuem para essas mudanças do perfil das migrações temporárias; estima-se que 60% dos cortadores de cana no interior paulista são de origem migrante, uma

vez que a mão-de-obra local opta por outros tipos de serviços;

√ Inúmeras cidades do interior paulista transformaram-se ao mesmo tempo, em pólos de origem e destino de migrantes, pois muitas usinas, ao abrirem novas unidades em diferentes áreas geográficas do país, ampliaram e diversificaram suas atividades, atraindo novas empresas que atendem suas demandas e em consequência disso tais empresas acabam deslocando mão-de-obra de um lugar para outro;

√ O número de alojamentos coletivos mantidos pelas empresas diminuiu radicalmente, dando lugar à utilização de moradias urbanas precárias, alugadas a preços abusivos pelos próprios migrantes, gerando especulação imobiliária nas cidades;

√ A ausência de mulher, a falta de experiência e de tempo no preparo da alimentação tem levado muitos migrantes a se alimentar de forma inadequada e insuficiente, acarretando deficiências na saúde e na produtividade do trabalho;

√ O corte da cana em ritmo acelerado e estafante, para o trabalhador obter maior produtividade e alcançar o mínimo de oito toneladas, meta estabelecida pelas usinas, tem sido responsável por uma série de prejuízos à saúde e até mesmo pela morte de trabalhadores.

Durante o ano de 2003, a equipe da Pastoral do Migrante de Guariba elaborou um dossiê que apontava novos fluxos de migrantes temporários rurais para o interior paulista, reunindo ainda importantes informações e estimativas sobre a mobilidade humana a partir das regiões de origem e de destino das migrações temporárias. Tal dossiê indicava que as safras da cana-de-açúcar, do café e da laranja foram responsáveis por grandes fluxos de trabalhadores. Os estados nordestinos figuravam como as principais regiões de origem desses migrantes. Quanto ao destino, o estado de São Paulo foi citado como o principal pólo de atração. As regiões de Ribeirão Preto, Piracicaba e Campinas eram apontadas dentre as principais áreas. Estados, como Minas e Paraná, eram simultaneamente pólos de origem e destino de trabalhadores migrantes. Contudo, esse quadro passa por alterações significativas a partir de 2005, com a intensificação da migração de trabalhadores acompanhados de suas famílias, objetivando permanecer entre três e cinco anos no interior paulista.

Dando seqüência às atividades de inserção da Pastoral neste contexto diversificado e ampliado das migrações temporárias, Elias Ferreira Souza, agente da Pastoral de Guariba, durante o ano de 2006, visitou 1416 domicílios

urbanos em 20 municípios da região de Ribeirão Preto, estimando a existência de 38 mil migrantes; em 2007 visitou 1422 moradias habitadas por cerca de 43 mil migrantes em 21 municípios da mesma região. Neste ano de 2008, a Pastoral já registrou a vinda de 50 novas famílias de migrantes maranhenses e baianos em Guariba.

ABRINDO O LEQUE DO INTERCÂMBIO

“A Igreja, como Mãe, deve se sentir como Igreja sem fronteiras, Igreja familiar, atenta ao fenômeno crescente da mobilidade humana em seus diversos setores (DA 412)”.

As alterações dos fluxos migratórios ampliaram a rede de intercâmbio pastoral, com a inclusão de novas dioceses de origem dos migrantes. Novos atores e agendas foram incorporados nos três últimos anos mediante visitas e encontros com famílias de migrantes, comunidades paroquiais, pastorais sociais e entidades em geral. A ampliação desses fluxos motivou a realização do I e II Encontro Nacional das Igrejas de Origem e Destino da migração, visando fortalecer a necessária rede de colaboração missionária específica entre essas Igrejas. As recentes visitas pastorais em favor do povo migrante residente na região de Ribeirão Preto, promovidas por Dom Pedro Brito Guimarães, bispo em São Raimundo Nonato-PI e por Dom Reinaldo Punder, bispo em Coroatá-MA, já apontam para a concretização de alguns dos compromissos assumidos pelos participantes do primeiro evento.

Bispos, padres, irmãs, lideranças leigas, pastorais sociais, assessores, colaboradores, pesquisadores, produtores de documentários, meios de comunicação, órgãos públicos federais, estaduais e municipais, sensibilizados com o contexto das migrações, em suas causas e consequências, têm contribuído de maneira considerável para a promoção de uma mentalidade social que resgatou e tornou pública a realidade das migrações temporárias rurais, até então mantida sob uma espécie de clandestinidade ignorada ou invisibilizada. A partir daqui, inúmeros acontecimentos relacionados ao mundo das migrações temporárias tornaram-se notícia, sendo conduzidos a mesas de debates, com uma frequência muito pouco considerada antes no Brasil e no mundo.

Os agentes da Pastoral, além de desenvolverem atividades de cunho religioso, despertam comunidades paroquiais para um acolhimento evangélico que favoreça a interação social, religiosa e cultural dos migrantes. E, ao mesmo tempo em que exercem a caridade evangélica, suscitam nessas comunidades e sociedade uma adesão

solidária para socorrer migrantes em suas necessidades emergenciais. Outrossim, a mesma encontrou um meio de valorizar e de promover entre os migrantes maranhenses, a manifestação cultural mais popular do Estado do Maranhão, a festa do “Bumba Meu Boi”, realizada no mês de junho.

Agentes pastorais das regiões de origem e destino dos migrantes resolveram criar um site na rede de internet para visibilizar e disponibilizar informações sobre o contexto em que se situa o fenômeno migratório com seus desdobramentos e demandas, a um público mais diversificado e interessado no assunto e, ao mesmo tempo, favorecer uma intensa intercomunicação dos agentes para a divulgação e partilha de suas múltiplas atividades sócio-pastorais.

Portadora de uma bagagem significativa de aprendizados e experiências, ao longo dos anos, fiel aos princípios evangélicos e ao carisma do Beato João Batista Scalabrini, em comunhão com toda a Igreja, a Pastoral segue mantendo uma presença fraterna e solidária no caminho dos migrantes. Ao mesmo tempo em que deseja contribuir na promoção e conservação da fé dos migrantes, move-se de esperanças a partir deles na perseverante busca de conquistar condições dignas de vida e trabalho no “cá e lá”, firmando-se no objetivo de superar a exclusão social, transformando-os em verdadeiros protagonistas de seu futuro.

A migração temporária rural, nas atuais circunstâncias em que vem ocorrendo, indica que a busca de sobrevivência dos cerca de 70 mil trabalhadores braçais de origem migrante vindos ao interior paulista só está sendo possível mediante saídas temporárias e quase permanentes de seus lugares de origem, fenômeno que já se incorporou dolorosamente em seu cotidiano. Não há perspectivas econômicas no país que indiquem a diminuição ou término sequer a longo prazo da necessidade de migrar. Diante desse quadro, a Igreja continua sendo desafiada a encontrar mecanismos pastorais para desenvolver atividades evangelizadoras munidas de uma linguagem de proximidade inculturada, a fim de atingir este público tão fragilizado e fragmentado pelo mundo do trabalho e pelo desenraizamento familiar.

As comunidades escalabrinianas das irmãs e dos padres, há mais de 23 anos estabelecidas na diocese de Jaboticabal-SP a partir da região de Guariba, mediante o apoio incansável do laicato, vêm realizando um acompanhamento pastoral aos migrantes temporários no corte de cana. Esta prática foi adquirindo estrutura e dinâmicas específicas mesmo diante de tantas transformações pelas quais ainda passa a realidade da mobilidade humana no país.

ESPAÇOS DE ESPERANÇA

Cremos que “a realidade das migrações não deve nunca ser vista só como um problema, mas também e, sobretudo, como um grande recurso para o caminho da humanidade” (DA 413).

A presença do carisma escalabriniano na Igreja e na sociedade, há mais de um século, tem testemunhado e promovido uma ação pastoral fiel e aberta às novas solicitações dos tempos no campo das migrações. Igualmente tem levado a Igreja a rever suas próprias estruturas pastorais, adequando-as à diversidade de serviços específicos, dentre os quais aquele aos migrantes. Prova disso é a inclusão da temática da mobilidade humana nos documentos das Conferências Episcopais Latino-Americanas, e, mais recentemente “A Caridade de Cristo para com os Migrantes”, do Pontifício Conselho da Pastoral para os Migrantes e os Itinerantes (2004) e no Documento de Aparecida em 2007 (nº 411 a 416).

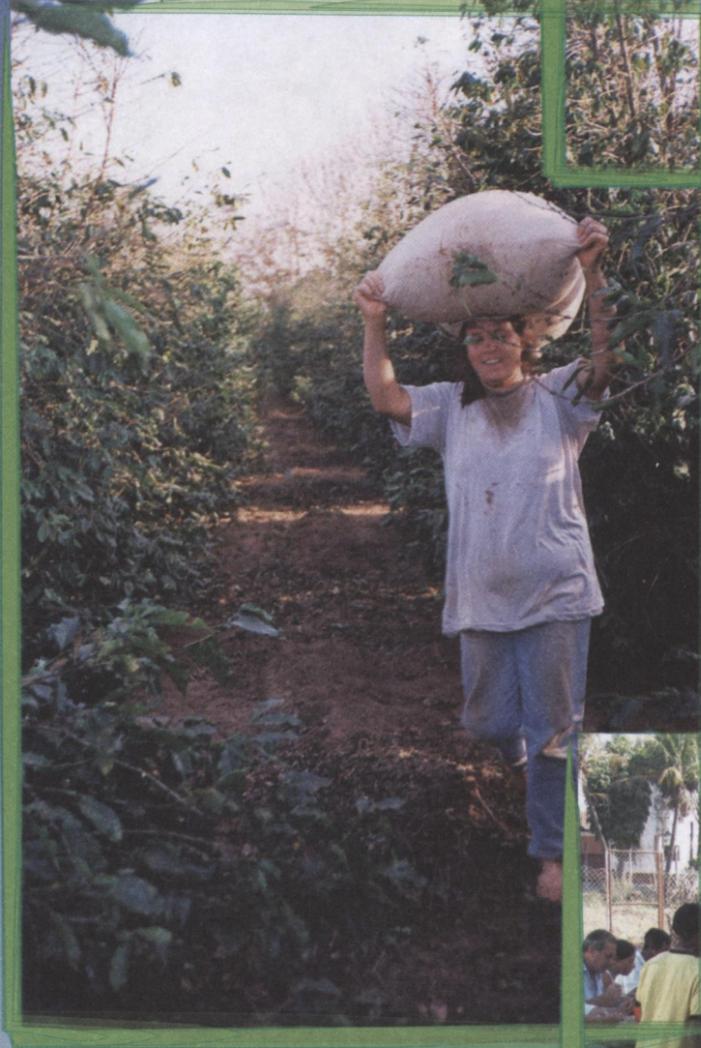
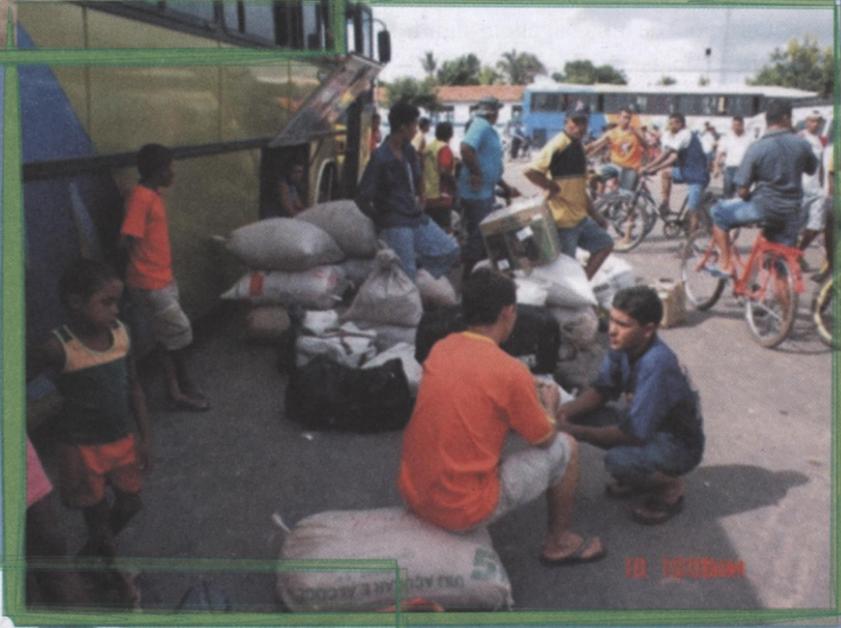
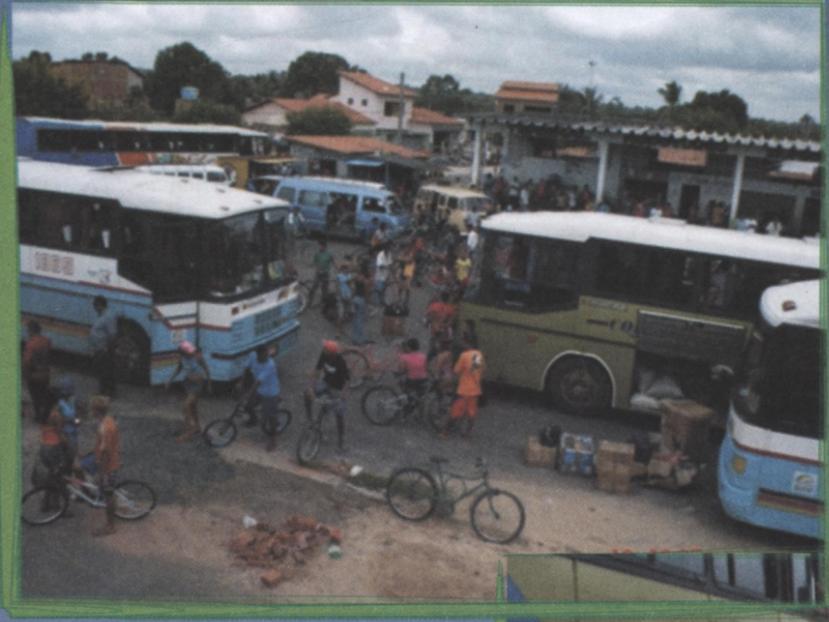
Tais posicionamentos eclesiais têm melhorado o nível de sensibilização das Igrejas Particulares de origem e destino dos migrantes, despertando a sociedade a elaborar uma abordagem mais positiva e construtiva em relação à problemática desafiadora das migrações.

Fazendo uma releitura de nossas experiências, constatamos que os laços de proximidade, acolhida, escuta e de ajuda solidária com os migrantes, embora possuindo um caráter temporário, acabam se multiplicando imensuravelmente na vida deles, servindo de referência pelos caminhos de sua história. O respeito e valorização que dispensamos aos valores humanos que os migrantes possuem têm alimentado sua auto-estima e seu conseqüente e gradual protagonismo. As denúncias sobre violações dos direitos humanos têm causado impactos na sociedade levando autoridades a tomarem medidas importantes na melhoria das condições de vida e trabalho dos migrantes.

O apoio permanente das Congregações Escalabrinianas, da diocese de Jaboticabal, do Serviço Nacional da Pastoral dos Migrantes, da entidade Misereor, dos próprios migrantes e suas comunidades, tem contribuído de forma incisiva na conquista de novos espaços de esperança, sinalizando que é possível construir um mundo justo, saudável, sem fronteiras, sem migração forçada e sem exploração no trabalho, antecipando a realização do Reino de Deus.

*** Pe. Antonio Garcia Peres é Missionário Escalabriniano e Secretário Executivo do SPM-Serviço Pastoral do Migrante.**

**** Ir. Inês Facioli é Missionária Escalabriniana, uma das pioneiras da presença pastoral junto aos migrantes temporários.**



Fotos: Pe. Antonio Garcia Peres